



ABORDAGEM TERRITORIAL NO PLANEJAMENTO DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO (SESSÃO TEMÁTICA 02)

Maria Milena de Oliveira

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte | Maria20231005350@alu.uern.br

Maria Valéria Silva Leite

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte | maria20231005369@alu.uern.br

Antonia Mikaelly Xavier de Oliveira

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte | antonia20231005476@alu.uern.br

Larissa da Silva Ferreira Alves

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte | larissaferreira@uern.br

Sessão Temática 02: Desenvolvimento Regional: Políticas, escalas e ações

Resumo: O presente trabalho busca analisar a abordagem territorial no planejamento de políticas de desenvolvimento. Por isso, a metodologia utilizada partiu de uma abordagem metodológica qualitativa de caráter bibliográfico. A seleção dos principais autores que discutem sobre a temática serviu de base para construção das ideias no texto dissertado. Dessa forma, a partir das leituras desenvolvidas nas principais obras de Saquet, Silva e Dallabrida, foi possível compreender que a abordagem territorial fornece subsídios para a construção de políticas eficientes para o desenvolvimento do território. Pois, fornece ferramentas de atuações governamentais a partir da análise aprofundada das necessidades específicas e das potencialidades de cada área que compõe o País. Portanto, a criação de ações para a intervenções no espaço deve ser pautada de acordo com a diversidade do lugar, sem caráter excludente dos diferentes territórios.

Palavras-chave: Território; abordagem territorial; políticas de desenvolvimento.

TERRITORIAL APPROACH IN THE PLANNING OF DEVELOPMENT POLICIES

Abstract: *The present work aims to analyze the territorial approach in the planning of development policies. For this purpose, the methodology adopted was a qualitative bibliographic approach. The selection of key authors who discuss the topic served as the foundation for constructing the ideas presented in the text. Thus, based on the readings of the main works by Saquet, Silva, and Dallabrida, it was possible to understand that the territorial approach provides tools for the development of efficient policies for territorial development. It offers governmental action tools through an in-depth analysis of the specific needs and potentialities of each area within the country. Therefore, the creation of actions for spatial interventions should be guided by the diversity of each place, avoiding the exclusion of different territories.*

Keywords: *Territory; Territorial Approach; Development Policies.*

ENFOQUE TERRITORIAL EN LA PLANIFICACIÓN DE POLÍTICAS DE DESARROLLO

Resumen: *El presente trabajo busca analizar el enfoque territorial en la planificación de políticas de desarrollo. Para ello, la metodología utilizada se basó en un enfoque metodológico cualitativo de carácter bibliográfico. La selección de los principales autores que discuten sobre el tema sirvió como base para la construcción de las ideas presentadas en el texto. De esta manera, a partir de las lecturas desarrolladas en las principales obras de Saquet, Silva y Dallabrida, fue posible comprender que el enfoque territorial proporciona herramientas para la construcción de políticas eficientes para el desarrollo del territorio. Esto se debe a que ofrece instrumentos para actuaciones gubernamentales basadas en un análisis profundo de las necesidades específicas y las potencialidades de cada área que compone el país. Por lo tanto, la creación de acciones para intervenciones en el espacio debe basarse en la diversidad del lugar, evitando un carácter excluyente hacia los diferentes territorios.*

Palabras clave: *Territorio; Enfoque territorial; Políticas de desarrollo.*

INTRODUÇÃO

Ao longo do transcurso da história, as transformações estruturais ocorridas no espaço do território brasileiro foram influenciadas pelo processo de modernização tecnológica na era da globalização. O fato exposto desencadeou mudanças principalmente no que concerne a vertente econômica. Em frente ao arcabouço configurado ao novo mundo moderno, surgiram exigências de adaptação para os Países de todo o globo, com exclusividade aos de características emergentes. Pois, os mesmos necessitavam de evolução nas habilidades para a superação das dificuldades que impediam a participação na dinamicidade da economia dissipada em nível internacional (Heideman, 2009).

Partindo dessa premissa, Silva (2013) complementa que os resultados das práticas estabelecidas comprometeram a capacidade de planejamento do País, o que tornou necessário a busca por mecanismos que favorecessem a criação de políticas para a organização do espaço em abrangência nacional. Nesse viés, o conceito de território ganha destaque nessa linha de estudo, principalmente no que concerne as pluralidades de suas dimensões conceituais. Pois, a compreensão das complexidades do mesmo auxilia para a gestão eficiente na criação de Políticas Públicas mediante o conhecimento das fragilidades e especificidades que compõe o espaço.

Dessa forma, ao pensar no conceito de território atrelada as políticas públicas, pode-se se entender que o as localidades brasileiras em sua totalidade não são homogêneas, e apresentam diferentes características físicas, sociais e econômicas que necessitam de atenção do poder público para a criação de políticas de desenvolvimento que reverberem de forma positiva no espaço geográfico. Em face do exposto, o estudo da abordagem territorial fornece melhorias na gestão governamental em função do entendimento de que é necessário atentar-se além do ambiente físico, com ênfase nos esclarecimentos de como os atores sociais produzem os seus espaços.

Dessa simbiose, a presente pesquisa será desenvolvida para agregar no campo teórico e conceitual de forma aprofundada sobre as estratégias selecionadas pelas ações governamentais para o desenvolvimento do território. Para isso, foi criada a seguinte pergunta problema: Como a abordagem territorial contribui no planejamento de políticas de desenvolvimento? Sendo assim, para contemplar a indagação proposta, o objetivo geral deste trabalho consiste em analisar a abordagem territorial no planejamento de políticas de desenvolvimento.

Nesse sentido, o estudo foi redigido a partir de uma abordagem metodológica qualitativa de procedência bibliográfica. Considerando os aspectos discutidos, a metodologia para a construção do trabalho científico foi pautada no conjunto de três etapas. Em primeira instância, foi feita a leitura dos principais autores que discorrem sobre a temática, com a seleção dos conceitos imprescindíveis para a construção coesa das ideias.

Em seguida, foram feitas as reflexões sobre as questões norteadoras abordadas nas obras para o texto dissertado. Sendo assim, utilizou-se Saquet (2007), para desmembrar as diferentes perspectivas sobre território; Silva (2013), para compreender as dimensões entre o território e as Políticas Públicas; e Dallabrida (2017), para aprofundar os debates e desafios acerca da abordagem territorial no desenvolvimento.

Por conseguinte, o material selecionado foi utilizado com base na análise discursiva para a construção dos tópicos de resultados. As seções dispostas estão divididas em duas vertentes correlacionadas. Sendo assim, o primeiro tópico da revisão de literatura está pautado na multiplicidade do território para então, adentrar nas discussões da seção de políticas públicas e desenvolvimento territorial.

A MULTIPLICIDADE DO CONCEITO DE TERRITÓRIO

Para a compreensão de qualquer temática, é necessário atentar-se a definição das palavras ou conceitos que a compõe. Em conformidade com o exposto, Silva (2013) compreende que os vocábulos da língua portuguesa podem apresentar uma ampla gama de possibilidades e entendimentos que estão diretamente correlacionados com as diferentes áreas da ciência, ou os respectivos autores que as discutem. Nessa perspectiva, é importante entender que o tema percorrido apresenta abrangência que perpassa as reflexões estabelecidas nas linhas de pensamento contínuo e isolado. Pois, a definição de território, em particular, apresenta diversidades multifacetadas no ramo das ciências sociais. “Nesse sentido, o conceito de território assume formas e conteúdos diversos, sempre revestido do interesse em explicar uma realidade de relações complexas entre os distintos atores sociais e destes com o seu meio” (Silva, 2013, p. 10).

Partindo dessa premissa, Saquet (2007) explora as vastas possibilidades do conceito de território com base na fundamentação de argumentos construídos a partir dos renomados autores que marcaram os estudos nesta linha temática. Em primeira instância, o autor apresenta os componentes de ideias do estudioso Raffestin. De acordo com as suas considerações, o território é destacado pela utilização da Geografia na quebra paradigmas de representações do conceito apenas pelo caráter de poder político centralizado no Estado. Sendo assim, a forma de abordagem explicada difere-se da versão naturalista que foi estabelecida por Friedrich Ratzel. Pois, a argumentação utilizada baseia-se na realidade material, ou seja, as interações humanas de caráter efetivo desenvolvidas no espaço são fixadas no território, criando as chamadas territorialidades. Dessa forma, o autor trouxe uma nova abordagem para o conceito, considerando as dimensões sociais imprescindíveis para o poder de dominação no espaço (Saquet, 2007).

Em linhas gerais, para Dallabrida (2017), a noção de territorialidade é derivada do conceito de território, sendo correlacionada diretamente com a criação de relações efetivas. Assim, a sua dimensão conceitual parte do sentimento de pertencimento de um determinado indivíduo ao território a qual faz parte. Contudo, as concepções sobre territorialidade permeiam

discussões complexas. Pois, as variáveis de entendimento são esculpidas de acordo com o aprofundamento do conceito. Nesse sentido, o autor destaca a visão de Sack sobre a territorialidade humana. De acordo com os critérios estabelecidos pelo pesquisador, a territorialidade considera as formas de como o indivíduo apropria-se de um determinado espaço, totalmente relacionado ao pertencimento sobreposto ao lugar. Em uma perspectiva mais abrangente, podem ser feitas as seguintes considerações:

Coexistem várias concepções sobre territorialidade: (i) conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo, em vias de atingir a maior autonomia possível; (ii) o espaço de referência para a construção de identidades; (iii) conjunto de práticas e suas expressões materiais e simbólicas capazes de garantirem a apropriação e permanência de um dado território, por um determinado agente social, o Estado, os diferentes grupos sociais ou as empresas; (iv) sinônimo de pertencer àquilo que nos pertence; (v) relações de poder espacialmente delimitadas; e sintetizando (vi) correspondendo às relações sociais e às atividades diárias que os homens mantêm em seu entorno (Dallabrida, 2017, p. 145).

Por conseguinte, Giuseppe Dematteis apresenta outro viés de compreensão acerca das discussões territoriais desenvolvidas sob a análise das lentes da ciência geográfica. Saquet (2004) fundamenta que a definição utilizada pelo autor permeia a corrente da nova geografia humana, defendendo a ideia de que existe uma relação de interdependência entre o conceito de espaço geográfico e território. Sendo assim, a concepção do autor é fundamentada na argumentação de que o mundo contém significado em razão das interações estabelecidas entre a sociedade, tornando o espaço o meio pelo qual o ser humano desenvolve suas ações em termos de territorialidade a partir da socialização das formações territoriais. “Dessa maneira, revela os traços principais de sua abordagem e do conceito de território, centrados nas dimensões sociais, ou seja, nas dinâmicas da economia, da política e da cultura (Saquet, 2007, p. 80).

Em conformidade com o fato exposto, a produção bibliográfica de abordagem territorial desenvolvida por Dallabrida (2017) contempla a multiplicidade do conceito em função das ideias sistematizadas de acordo com as vertentes de Haesbeart. De acordo com o viés apresentado, a contribuição para as definições de território permeia a perspectiva política, cultural, econômica e naturalista. Nesse sentido, ao considerar a argumentação posta de acordo com a vertente política, Dallabrida (2017), interpreta que o território apresenta limitações em função do poder de ordem de soberania adquirido pelo Estado.

Enquanto isso, o território cultural engloba o significado de identidade e dos valores culturais atribuídos ao caráter individual ou coletivo, desencadeado em razão da história vivida e compartilhada a partir da valorização simbólica. Já a concepção da dimensão correlacionada com a economia, defende que o território é utilizado como fonte de recursos para o desenvolvimento econômico das atividades produtivas em função do aumento das riquezas. Por conseguinte, a ótica naturalista implementada ao território é compreendida a partir das relações entre o homem e o meio natural, sendo definidas com as interações entre a sociedade e os aspectos físicos do ambiente, ou do comportamento humano comparado com

os demais seres que habitam o meio para desenvolver a chamada territorialidade (Dallabrida, 2017).

Além das discussões apresentadas, a perspectiva de Robert Sack sobre o conceito de território ganha destaque na obra escrita por Saquet (2007). De acordo com as considerações incorporadas pelo autor, o território é produto da construção social em um determinado local, tendo como elemento chave o controle das interações do espaço por uma autoridade para o desenvolvimento de relações estratégicas. Além disso, o poder estabelecido não é mantido de maneira inalterável, pois conforme as técnicas de apropriação modificam-se, os limites territoriais são moldados. “Nesse sentido, o território constitui expressão de um espaço dominado por um grupo de pessoas que fazem uso deste domínio para manter controles e influências sobre o comportamento de outros, exercendo relações de poder” (Silva, 2013 p. 12).

Além dos campos teóricos explorados, para Dallabrida (2017), o território deve ser tratado de acordo com a mesclagem contextual da disputa entre as relações de poder, que podem ser dissipados nos componentes físicos do ambiente, ou nos interesses sociais do cotidiano da vida humana. Sob outra perspectiva, o território é o palco onde ocorrem os cenários tanto de conflitos de soberania, quanto as ações de cooperação entre as pessoas. Ou seja, é um conceito abstrato em que são expressadas as condutas de ações e pensamentos da sociedade, envolvendo tanto os habitantes do território quanto as pessoas externas que desenvolvem interesses na área. Por isso, “o processo de gestão do território é complexo, pois precisam integrar associativamente não apenas a ação do Estado, também as representações da sociedade e do mercado. Tais processos de gestão são chamados pela literatura contemporânea, e também neste livro, de governança territorial” (Dallabrida, 2017, p. 145).

Partindo dessa premissa, Silva (2013) fundamenta que o conceito de território é fortemente utilizado para o estudo das questões de desenvolvimento no espaço. Nesse sentido, as multiplicidades do conceito são consideradas como peça chave na implementação de políticas eficientes, visando a intervenção de forma precisa e funcional nas dinâmicas espaciais. Nesse sentido, ao levar em consideração o objeto de estudo desta pesquisa, as discussões elencadas serão fundamentadas com base nas relações intrínsecas influenciadas pelo papel do Estado na apropriação da abordagem territorial para a implementação de Políticas Públicas eficientes.

POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

A ação governamental deliberada para fins de planejamento estatal faz parte da história brasileira. O intuito da definição das escalas espaciais no que concerne a administração pública, foi fundamentada na perspectiva histórica de um desenvolvimento equitativo que abarcasse todas as regiões que compõe o País. Nesse sentido, objetivo principal partiu da diminuição das desigualdades estruturais que estavam enraizadas nos territórios regionais.

Por conseguinte, as mudanças ocorridas na contemporaneidade são marcadas pelas diferenciações apenas no que corresponde a utilização dos métodos de planejamento e as intervenções desencadeadas em função da desconcentração do poder na autoridade da União (Silva, 2013).

Nessa perspectiva, Silva (2013) fundamenta sua listagem de ideias com os argumentos desenvolvidos pela primeira pessoa a assumir o Ministério do Planejamento em 1962, o renomado economista Celso Furtado. Para o autor, as ações governamentais eram desenvolvidas em face da economia daquela época, tendo como principal objetivo a confiança ao processo político para remoção das desigualdades dissipadas pelo território brasileiro. De acordo com suas teses, o atraso que gerava o subdesenvolvimento do País é ocasionado em função da dependência.

Em virtude das discussões apresentadas, é importante compreender as linhas de pensamento que permeiam as discussões sobre a questão regional no Brasil. Silva (2013), ao fazer um levantamento histórico, observou que a criação Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), no ano de 1959, foi um grande passo na tentativa de reorganizar o território, oportunizando a integração econômica em escala regional. Pois, expandiu a economia por todos os limites territoriais do Brasil. Contudo, passadas duas décadas seguintes após o salto no setor econômico, as dificuldades de caráter fiscais e financeiras passaram a assolar o desenvolvimento do País, ocasionando assim, impactos negativos nas ações de planejamento em nível nacional. Por isso, "as agências regionais, por seu turno, se limitavam a apresentar planos que não saíam do papel e a distribuir incentivos fiscais entre grupos econômicos dominantes do cenário local e nacional" (Silva, 2013, p.17).

Partindo dessa premissa, o autor ainda fundamenta que a questão regional para alguns estudiosos pode estar correlacionada em função das competências desenvolvidas pelo poder do Estado. Contudo, é importante compreender que assim como o conceito de território, a essência de definições que permeia a concepção de região, apresenta perspectivas que vão além das referências utilizadas pela base regional que perduram na atualidade do País. Sendo assim, Bezzi (2004) defende que não existe um consenso entre as correntes teórica-metodológicas sobre o conceito. Pois, os diferentes pontos de vista dos estudiosos ao entendimento de região estão relacionados as distintas variáveis.

Nesse sentido, ainda para Bezzi (2004), a profundidade dos fenômenos desenvolvidos no espaço a serem estabelecidos no contexto conceitual, desafiam os estudiosos dos diversos ramos das ciências a desenvolverem uma abordagem sistemática para a delimitação regional. Por isso, aqueles que apresentam maior domínio do conteúdo, como os profissionais da geografia, não conseguiram acentuar ao conceito de região, um objeto de estudo que não seja correlacionado com a individualidade dos lugares, questões de identidade cultural ou descrição dos elementos que compõe a natureza.

Bezzi (2004), apresenta a perspectiva do renomado geógrafo brasileiro Milton Santos sob a dinamicidade do conceito de Região. A autora fundamenta que, diante da instabilidade das

relações no mundo atual e globalizado, as regiões estão cada vez mais instáveis, ou seja, com características específicas. Por conseguinte, a visão de outro autor citado que analisa a complexibilidade conceitual de região sob a ótica da dialética é sistematizado na obra escrita por Bezzi (2004). Sob as considerações de Duarte, a autora direciona as discussões para as mudanças do conceito no transcorrer da história devido as transformações no espaço. “É necessário deixar claro que, com as constantes mudanças, com a globalização, o mundo não é o mesmo. Portanto, entender a região hoje é vê-la como produto de articulações que são engendradas constantemente no espaço”. (Bezzi, 2004).

Na perspectiva marxista, o autor aborda as preocupações das pesquisas geográficas a respeito das desigualdades sociais desencadeadas em função do sistema capitalista. É importante destacar que intuito desta reflexão não está relacionado ao conceito de região propriamente descrito, mas procura abarcar as informações necessárias para entender os motivos pelos quais o capitalismo gera desigualdades entre esses espaços. Além disso, é ressaltado que muitos estudos desenvolvidos no contexto regional estão centrados nas desigualdades sociais que impedem o desenvolvimento dos territórios. Por isso, as categorias de análises são pautadas no modo de produção para compreender como ocorre a instalação do capitalismo no espaço. Em linhas gerais, as argumentações analisadas relacionaram o surgimento de regiões desenvolvidas de formas desiguais em razão da divisão internacional e inter-regional do trabalho (Bezzi, 2004).

De acordo com o viés apresentado, a perspectiva do desigual desenvolvimento geográfico compreendida por Bezzi (2004), atribui incumbências ao poder público do Estado para gestão das crises regionais no Brasil. Em função dessa discussão, é explicado que as soluções viáveis caminham sob a óticas de duas vertentes: a destruição total do sistema capitalista ou uma nova forma de planejamento para a posse do espaço.

Partindo das discussões estabelecidas com base no objeto de estudo desta pesquisa, Bezzi (2004), descreve que o conceito de região é categorizado como base fundamental para a composição das teorias, visto que a sua compreensão imediata é capaz de captar a essência dos acontecimentos. Nesse sentido, a análise regional torna-se imprescindível para o avanço da abordagem territorial a respeito da interpretação coesa dos acontecimentos reais. Sendo assim, “a região, objeto particular na análise espacial permite, dentro da discussão fundamental do seu conceito, criar a contiguidade e a identidade, unir e separar, criar e recriar, organizar e desorganizar o território” (Bezzi, 2004, p. 43).

Em conformidade com o fato estabelecido, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017), apresenta a narrativa a respeito das divisões regionais administrativas no País. O exposto surgiu em razão da necessidade do planejamento para uma gestão eficiente do território. Por isso, a fragmentação do Brasil em regiões geográficas permitiu a organização e conhecimento das especificidades do território, além da obtenção de informações detalhadas com a divisão das unidades de federação e uma administração pública competente de forma a reorganizar o espaço político do País. Sendo assim, a fragmentação do espaço e

conhecimento do território permitiu a elaboração de Políticas estratégicas voltadas para a diminuição das desigualdades regionais.

Nesse sentido, a nova configuração que resultou no recorte das Regiões Intermediárias e Imediatas desenvolvido pelo IBGE (2017), foi desencadeado em função das mudanças ocorridas no espaço em nível nacional ao longo dos anos. Por isso, os intensos processos de transformações no País, desenvolveram a necessidade de captar as diversidades estabelecidas. Nesse contexto, "as Regiões Geográficas Intermediárias organizam o território, articulando as Regiões Geográficas Imediatas por meio de um polo de hierarquia superior diferenciado a partir dos fluxos de gestão privado e público e da existência de funções urbanas de maior complexidade" (IBGE, 2017, p. 19).

Dessa simbiose, Dallabrida (2017) apresenta a construção normativa pautada na síntese de que as Políticas Públicas de desenvolvimento eficiente são criadas para atender as demandas de escalas regionais em função das nuances de intervenção estatal. Em resumo, o autor ressalta que os resultados satisfatórios são colhidos quando a Política Pública não desenvolve carácter discriminatório nas escalas de atuações. Pois, é necessário considerar todas particularidades, sejam elas desenvolvidas na abordagem microrregional ou local. Diante disso, pode ser feita a seguinte reflexão acerca da questão discutida:

Assim, a abordagem territorial para o planejamento de políticas públicas auxilia no entendimento dos fenômenos sociais, contextos institucionais e cenários ambientais nos quais ocorrerá a intervenção desejada, de maneira a propiciar meios mais acurados para a definição de diagnósticos e o alcance de metas, parcerias necessárias e instrumentos de implementação (Silva, 2013, p. 18).

Nessa perspectiva, o surgimento da concepção de políticas públicas de desenvolvimento atreladas ao conceito de território teve sua totalidade pautada de acordo com a extensão territorial do Brasil. Em decorrência do exposto, as problemáticas configuradas no território apresentam necessidades de atuação governamental específicas para cada situação. Sendo assim, neste tipo de abordagem é levado em consideração a diversidade de características físicas, econômicas, sociais e políticas de cada região que compõe o território brasileiro, compreendendo suas necessidades, desafios particulares, potencialidades e recursos (Silva, 2013).

Por isso, o planejamento de políticas públicas considerando a abordagem territorial trouxe debates teóricos importantes sobre as relações estabelecidas entre o urbano e o rural. Para Dallabrida (2017), as considerações a respeito das localidades rurais eram pautadas apenas na produção agrícola, sendo desconsideradas quaisquer ações voltadas a implementação de políticas para o desenvolvimento regional dessas localidades. Contudo, em face das mudanças de pensamento em razão dos debates teóricos sobre as particularidades do território, a imagem do meio rural deixou de ser restrita apenas ao atraso e a produção agrícola. Nesse sentido, o campo, assim como as centralidades urbanas, passou a ser visto

como a localidade onde as pessoas constroem o seu modo de vida. Com isso, surgiu a necessidade de políticas pautadas na valorização e desenvolvimento para as áreas rurais.

Heideman (2009), apresenta uma compreensão pelo viés político-administrativo sobre as Políticas Públicas. O autor destaca que as decisões tomadas pelos poderes governamentais dos Estados em parceria com o mercado, resulta no desenvolvimento da sociedade. Nesse sentido, o autor compreende que o Estado age em consonância política para atender as necessidades e interesses da sociedade do País, visto que, objetiva o ramo da coletividade. Enquanto o mercado atua no viés egocêntrico com motivações próprias impulsionadas principalmente pelo interesse individual. O peso de participação de cada um desses é particular de cada realidade social apresentada. Em sua coletividade, as ações desenvolvidas pelo poder governamental e demais agentes sociais, desenvolvem o que é conhecido por Política Pública.

Ao analisar as definições sobre política pública colocadas por Heideman, a que perdura na construção da linha de raciocínio deste trabalho refere-se à qualificação do desenvolvimento para o bem da população em geral. Dessa forma, o autor fundamenta que o sentido está atrelado na teoria do conhecimento a respeito dos acontecimentos que estão constituídos na sociedade. Em linhas gerais, a Política Pública objetiva em sua totalidade, fornecer a organização concisa para o ordenamento das nações, estados e municípios. “Em sua acepção mais operacional, a política é entendida como ações, práticas, diretrizes políticas, fundadas em leis e empreendidas como funções de Estado por um governo, para resolver questões gerais e específicas da sociedade” (Heideman, 2009, p. 29).

Além disso, é importante destacar que a política pública está atrelada a dois elementos chaves que devem ser compreendidos: Ação e intenção. Segundo as considerações elencadas por Heidman (2009), a Política Pública pode ser desenvolvida com a ausência de algum tipo de intenção totalmente visível. Mas, não existe uma Política Pública eficiente se não for pensada com um propósito materializado. “Portanto, não há Política Pública sem ação, ressalvando-se, as eventuais políticas deliberadamente omissivas configuradas por Dye. Sua formalização favorece a comunicação, o entendimento entre governo e cidadania e se coloca como base de referência” (Heideman, 2009, p. 30).

Em seu estudo, Dallabrida (2017) apresenta que a utilização da abordagem territorial é composta de desafios para a consolidação do desenvolvimento de políticas públicas que contemplem as diversidades do território brasileiro. Nesse sentido, o autor direciona destaque especial para as políticas de desenvolvimento do espaço rural. Pois, em razão das negligências históricas com os serviços prestados ao campo, o Brasil é representado pelos entraves na construção de um marco jurídico que direcione ações de impactos positivos para a população. De acordo com a visão do autor, o exposto pode ser comprovado com a ausência de inovação dos programas intersetoriais. Além disso, a necessidade de um novo sistema que contemple as do território está pautada na ausência de políticas de desenvolvimento que

ofereçam empoderamento dos grupos sociais marginalizados, levando em consideração as desigualdades sociais dissipadas no território brasileiro.

Para Silva (2013), existe um marco para a criação de estratégias de desenvolvimento que levam em consideração as dinâmicas territoriais no País, que é representado pelas transformações ocorridas no cenário social e político das intervenções governamentais. No viés apresentado pelo autor, o exposto trouxe resultado no que concerne a liberdade democrática da população. Pois, a descentralização política oportunizou maior participação dos poderes estabelecidos aos Estados e Municípios a respeito das políticas públicas de abrangência nacional. Nesse sentido, houve a introdução da participação popular junto das ações governamentais das decisões territoriais que envolvem as esferas administrativas.

Por conseguinte, Dallabrida (2017) ainda destaca que outro obstáculo para o desenvolvimento das práticas de políticas territoriais configura-se em função da ausência de representação social da população local. Nesse sentido, Maricato (2001), traz a importante concepção no que se refere a criação de um espaço de democracia para a participação social. Segundo a visão da autora, as representações democráticas no debate de decisões públicas são imprescindíveis para a implementação de políticas de desenvolvimento territorial. Pois, o apontamento das principais necessidades que permeiam o território também deve ser analisado pela população que convive no local.

Sendo assim, Dallabrida (2017) fundamenta que, para a construção de uma dinâmica territorial do desenvolvimento, é necessário que a direção seja feita com o protagonismo dos espaços de participação social em conformidade com a governança territorial. Sendo assim, os espaços sociais de concentração devem ser pautados na mediação voluntária para a garantia de que a gestão territorial ocorra de forma descentralizada. Contudo, ainda é ressaltado que as lacunas quanto a existência de um forte planejamento participativo faz parte dos desafios encontrados pela administração pública do País. Sendo assim, é importante refletir sobre os principais percalços que assolam a realidade, oportunizando a vez de fala aos que nunca tiveram a chance de expressar suas compreensões. Portanto, é necessário refletir que “esses entraves apontam que a temática territorial ainda não alcançou um nível de prioridade suficiente no campo da decisão política no País, embora apareça cada vez mais como diretriz dos programas governamentais” (Dallabrida, 2017, p. 136).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate desenvolvido ao longo do texto dissertado permitiu de forma coesa e clara a compreensão das linhas de pensamento desenvolvidas para a construção de uma dimensão conceitual do território. A abordagem para construção alínea dos argumentos contribuiu para ampliação dos horizontes de análise sobre as múltiplas facetas do conceito. Em virtude desse cenário, é perceptível que a definição do vocábulo permeia as discussões pertencentes a ciência geográfica, principalmente com o diálogo entre as interações sociais, políticas,

econômicas e culturais dissipadas no espaço geográfico. Nessa conjuntura, a compreensão do território transcende as dimensões políticas de poder, caracterizado pela abrangência da totalidade histórica e cultural, com a presença do sentimento de pertencimento de todos que nele habitam.

Dessa forma, foi possível analisar que o entendimento conceitual de território é de suma importância para o planejamento de políticas de desenvolvimento territorial, pois fornece subsídios para análise aprofundada das necessidades específicas e das potencialidades de cada área. Com a construção desse entendimento, as ações governamentais devem ser pautadas na diversidade, sem caráter excludente dos diferentes territórios. Sob essa perspectiva, a abordagem territorial contribui para que o planejamento das políticas públicas considere a diversidade física, econômica, social e política das diferentes regiões que compõem o País. Além disso, para que o planejamento territorial seja ainda mais competente, destaca-se além da descentralização administrativa, a participação social junto das ações governamentais para manter as representações democráticas no debate de decisões públicas.

REFERÊNCIAS

- BEZZI, Meri. Lourdes. **Região: Desafios e Embates Contemporâneos**. IN: SEI - Superintendência de Estudos Econ. e Sociais da Bahia. (Org.). Desigualdades Regionais - Série Estudos e Pesquisas. 1ed.Salvador/BA: Bigraf, 2004, v. 1, p. 39-87.
- BRASIL. Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias: 2017 / IBGE, **Coordenação de Geografia**. - Rio de Janeiro: IBGE, 2017.
- DALLABRIDA; Valdir Roque. **Teorias do desenvolvimento: aproximações teóricas que tentam explicar as possibilidades e desafios quanto ao desenvolvimento dos lugares, regiões, territórios ou países**. Curitiba-PR: CRV, 2017.
- HEIDEMAN; Francisco, Gabriel. Do sonho ao progresso às Políticas de desenvolvimento. IN: HEIDEMAN; F. G; SALM, J. F. (orgs). **Políticas Públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**. Brasília: Ed. UNB, 2009. p. 23-39.
- MARICATO; Ermínia. Planejamento para a crise urbana no Brasil. In: **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2001. P. 44-127.
- SILVA; Pereira Sando. Avanços e limites na implementação de políticas públicas nacionais sob a abordagem territorial no Brasil. Brasília: **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)**. 2011.
- SAQUET; Marcos Aurélio. **Abordagens e concepção sobre território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.